



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**SECRETARIA LEGISLATIVA**  
**DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA**

20ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA  
10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE  
RONDÔNIA

EM: 06.09.2022

INÍCIO: 15h30min

PRESIDENTE: SR. RIBAMAR ARAÚJO

SECRETÁRIO: SR. JESUINO BOBAID

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 20ª Sessão Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior.

Lida a Ata, Senhor Presidente.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida. Não havendo observações, dou-a por aprovada. A Ata está aprovada.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura do Expediente recebido.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Procede à leitura do Expediente recebido, a seguir:

#### **EXPEDIENTE RECEBIDO**

- Mensagem nº 164/2022 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Transforma cargo da estrutura da Carreira do Grupo Ocupacional Polícia Civil, altera e revoga dispositivos da Lei nº 1.041, de 28 de janeiro de 2002, e altera dispositivos da Lei nº 1.044, de 29 de janeiro de 2002".

- Mensagem nº 165/2022 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superavit financeiro, até o valor de R\$ 2.148.725,69, em favor da unidade orçamentária Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS".

- Mensagem nº 166/2022 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superavit financeiro, até o valor de

R\$ 4.150.000,00, em favor da unidade orçamentária Fundo Estadual de Sanidade Animal - FESA".

- Mensagem nº 167/2022 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 163.604,56, em favor da unidade orçamentária Superintendência Estadual de Turismo - SETUR".

- Mensagem nº 168/2022 - Poder Executivo, encaminhando Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por anulação, até o valor de R\$ 13.400.000,00, em favor das unidades orçamentárias Superintendência Estadual da Juventude, Cultura, Esporte e Lazer - SEJUCEL e Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS".

- Ofício nº 3941/2022 - COGES, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 2860/2022 de autoria do Senhor Deputado Adelino Follador.

- Ofícios nºs 5425, 5376/2022 - DITELIR, encaminhando resposta ao Requerimento Parlamentar nº 2860/2022 de autoria do Senhor Deputado Adelino Follador.

- Ofício nº 767/2022 - Tribunal de Justiça do Estado, comunicando que foi julgada procedente como relação à modulação dos efeitos, a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0807187-08.2021.8.22.0000 em face da Lei Estadual nº 853/1999.

- Gabinete do Senhor Deputado Jean Mendonça encaminhando justificativa de ausência da Sessão Ordinária do dia 30 de agosto de 2022.

Lido o Expediente, Senhor Presidente.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) - Passemos às Breves Comunicações. Não há oradores inscritos.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Senhor Presidente, eu esqueci de me inscrever.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) - Esqueceu de se inscrever. Nas Breves Comunicações, passo a palavra aqui para o Deputado Jesuino Boabaid.

O SR. JESUINO BOABAID - Senhor Presidente, em nome de Vossa Excelência, cumprimento a todos os deputados ora nesta Sessão. Em nome do Dr. Manvailer, Secretário Legislativo desta Casa, cumprimento a todos os serventuários desta Casa. Cumprimentar a todos que se encontram na galeria.

Vim, nesta oportunidade, comentar sobre algumas ações que, ao longo deste mandato, nós estamos efetivando, ou seja, encaminhando. Tivemos Audiência de Instrução Legislativa recentemente - foi ontem, na verdade - para tratar sobre segurança pública do Estado de Rondônia: como está a criminalidade, como está o investimento, como estão as ocorrências, como estão as forças de segurança quanto ao efetivo.

E ontem, na oportunidade, estavam todos os diretores e responsáveis pelas respectivas corporações, seja da Polícia Civil, seja da Polícia Militar, e o próprio Secretário de Segurança. Pudemos ouvir todas as explanações dos devidos responsáveis quanto a aquisições de armamento, quantas ocorrências foram efetivadas. Questionei sobre a

criminalidade que assusta o povo de Rondônia, em especial Porto Velho.

Foi explicado a redução neste ano de 2022, neste primeiro semestre, que foi de 26%. Foi explicado que foram adquiridas mais de 1900 pistolas – pistolas para o efetivo da Polícia Militar, que já está em fase de empenho. Foi explicado e colocado também que foram comprados coletes balísticos, já estão comprando mais um lote. Isso tudo, como foi a fala dos responsáveis, já empenhado, já está praticamente, em primeiro momento, acreditamos que ainda este ano sejam entregues. Mas, tudo isso para nós levarmos, como representante legítimo do povo, as informações inerentes de como está a segurança pública.

Existem já várias linhas de investigações, ações para que haja o combate ao crime organizado, seja pelas facções, que hoje aterrorizam os cidadãos rondonienses, seja também pelos crimes habituais, que nós sabemos que ocorrem, que são ocorrências de furto, ocorrências de roubo... Esse roubo, inclusive, estava sendo colocado quanto à forma como hoje as facções estão fazendo, até "estocolmizando"... O que é a Síndrome de Estocolmo? O criminoso consegue convencer a vítima, ou seja, a vítima fica praticamente sensível ao meliante. É algo assim que nós ficamos observando, nós que fomos policiais militares por algum tempo trabalhando no serviço operacional de rua, observei que, a cada momento, e a gente observa, o crime vai se aperfeiçoando.

Tivemos também informações sobre aquisições daquele "caveirão", que eu sempre contestei. "Caveirão", para quem não sabe, é o blindado. O valor pago chega em torno de R\$ 2 milhões e algumas frações. Ele tem cinco anos de garantia. É um veículo que vai ser usado, conforme a fala do próprio Secretário, em algumas incursões, ou seja, em incursões, no

caso, na área do conflito agrário; querem levar também para outros pontos estratégicos – isso foi a fala do Secretário.

Também, na oportunidade, falei das condições precárias que, até o presente momento, a exemplo lá de Calama, militares são submetidos a situações vexatórias, humilhantes e degradantes. E isso já foi colocado de forma urgente, que haja uma solução para esses policiais.

Quanto à falta de água potável aqui no município de Porto Velho. Quanto aos materiais de insumos, seja papel higiênico e outros insumos. Isso tudo foi questionado e debatido junto à Secretaria de Segurança Pública.

Então, a gente pode, como eu venho trazendo as devidas informações ao povo de Rondônia, que existem investimentos, existem ações a serem implementadas, mas, eu fiquei assustado. O efetivo da Polícia Civil do Estado de Rondônia, pasmem senhores, agentes de polícia, novecentos e algumas frações, agentes de polícia. Mais de 1600 inquéritos – eu estou falando de uma Unisp (Unidade Integrada de Segurança Pública), uma delegacia onde são instaurados. Os delegados trabalham ali agindo de uma forma zelosa, mas eles devem primar por uma escolha: quais são as prioridades, por falta de condições e meios e recursos humanos.

Isso é totalmente inaceitável, mas esse sucateamento da Polícia Civil não é de agora, vem de outros governos. Eu falo sucateamento, falta de contratação, de, pelo menos, saíram 500 policiais civis, coloque também mais 500. Ou seja, faça concurso, um certame para 500.

A Polícia Militar ainda tem um efetivo de 5300, acredito, 5600 homens, ainda. Mas, previsão, previsão mesmo, para estar dentro dos quadros, seriam mais de 8 mil. 8 mil policiais. É isso que nós observamos, que os certames que estão sendo feitos, que, inclusive, eu quero novamente pedir

à Secretaria de Segurança Pública que altere a data dos certames, seja para oficial dos Bombeiros, seja para oficial da PM. Dos Bombeiros já foi alterado. Agora, do oficial da PM e de delegado, tente alterar para outra data, porque vários aprovados estão também tendo que fazer a segunda fase no Amazonas, que foram aprovados no Amazonas, e eles querem também participar do processo seletivo interno. Então, eu acredito que é importante e nada haverá de prejuízo ao erário ter essa mudança.

Mas também quero falar dos policiais penais. Ontem eu recebi uma matéria, uma informação que, mesmo com a Polícia Penal não tendo o devido reconhecimento com seu Plano de Cargos e Salários, não tendo o devido reconhecimento quanto às condições laborais, eles conseguiram conter uma fuga que chegaria em torno de 12 meliantes de alta periculosidade. Isso é que nós temos que aplaudir, servidores mesmo não tendo o devido reconhecimento agem de toda forma ou dando tudo de si no intuito de fazer o melhor para o Estado. Isso que é importante. Eu sempre falo que quando uma pessoa se propõe a fazer algo, faça com carinho, faça com amor e com responsabilidade.

Essa Casa, aqui eu quero fazer uma crítica nesse exato momento também. Tomei posse no dia 16 de agosto de 2022 e observei que havia um problema de internet. Foi a maior problemática aqui, naquele dia. Um problema de internet. Eu não entrei no mérito, até porque eu estava chegando. Na segunda Sessão, o mesmo problema persiste. Falta de quê? Falta de planejamento. E aqui, Presidente Redano, que deve estar nos ouvindo, deve se tomar todos os meios para solucionar esse problema. Não podem os deputados que estão de forma remota, aguardarem *WhatsApp*, outros meios para registrar as suas presenças. Tem que agir de uma forma que coloque aqui uma equipe e resolva o problema. Resolva. Não

é aceitável, de forma alguma, a Administração Pública, ou qualquer Poder e instituição, não dar meios para os servidores laborarem.

Então, fica aqui a minha crítica ao Poder Legislativo, ao responsável, que tome as devidas medidas para que, na próxima Sessão, isso não ocorra. Espero que isso não ocorra. Se é *switch*, se é qualquer coisa que seja, resolvam. Orçamento tem e muito. Orçamento tem. E aqui eu não estou criticando o Presidente não. Eu estou criticando aquele que ele incumbiu de ter a responsabilidade de resolver os problemas dessa Casa. É isso.

Ontem também eu me deparo – mas, lógico que foi uma situação atípica. As Audiências de Instrução Legislativas não estavam sendo praticadas ou feitas. Regimentalmente quem realmente construiu essa aplicabilidade desse artigo 47-A – não é isso Dr. Manvailer, salvo engano –, fomos nós. É algo regimental e constitucional e dever do parlamentar utilizar dessa ferramenta. E ali me deparo, que não havia meios também, para eu poder ali, naquele momento, com o *staff* da Secretaria de Segurança, tomar as medidas necessárias também para prestar ali a gravação, o vídeo, também o *link* para os demais deputados acessarem de forma remota, ficou prejudicada. Mas, a gente conduziu com toda essa precariedade que se encontrava lá, a Audiência de Instrução Legislativa.

Pela tarde, eu quero aqui reconhecer que fiz uma reclamação a alguns – seja para a Presidência, seja para o Dr. Manvailer e outros –, e ali foi sanado o problema. E já estava tudo preparado para a Audiência de Instrução Legislativa, que ocorreu com a Secretaria de Saúde. Tratamos, em especial, do Hospital de Guajará-Mirim.

Ali foi informado que o valor gasto até o presente momento é de R\$ 11 milhões. Foi falado que até novembro



haverá o início, ou seja, a continuidade das obras. E o valor gasto chegará em torno de R\$ 8 a 9 milhões. Esperamos que isso aconteça. Foi dado também, requisitado por este parlamentar que vos fala, todas as informações inerentes a quanto está sendo repassado para Guajará-Mirim; onde está sendo aplicado; como, nós iremos questionar também a Prefeitura de Guajará-Mirim, como está sendo feito.

E, por último, eu quero deixar aqui um registro, e eu já fiz até uma reclamação a quem é de direito, que é o governo. Deputado estadual é o legítimo fiscal, ou seja, aquele que tem a competência legal de fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo. É inaceitável é inaceitável a gente fazer um convite, a assessoria manter contato com aqueles que deveriam vir, e este não vir – acredito por estar mal acostumado. Eu já deixei claro: eu espero, não só eu, que esse Poder Legislativo seja respeitado.

No primeiro momento, sempre foi esse acordo: comunica, convida. Porque aqui o deputado não está chamando para brincar, não; não está chamando para ouvir balela, não. Nós temos uma demanda, e quando há convocação, ou seja, o convite, é para tratar de assuntos sérios, de assuntos inerentes à própria prerrogativa e ao dever do parlamentar. Eu vi procuradores que não vieram. Eu mandei convites a certos locais e não vieram. Como eu já entrei em contato e já tenho o compromisso que isso não irá ocorrer, isso não irá ocorrer, eu não vou levar ao plenário um Requerimento de Convocação, porque assim faço, se for necessário a gente convoca. A gente convoca.

Mas, é uma coisa que eu fiquei também pensando ontem. Uma ONG, uma ONG, não sei, uma organização não governamental, eu acho que a ONU (Organização das Nações Unidas) presta assessoria para a Sesau. Essa assessoria, eles fazem um pagamento, não sei. Me falaram lá. Eu vou pegar melhor as

informações. E o valor que foi repassado a estes é de R\$ 45 milhões. Aqui só fala em milhões, R\$ 45 milhões, R\$ 230 milhões, milhões, milhões.

Eu quero entender, eu quero compreender o que eles fazem mesmo, o que eles prestam para o Estado de Rondônia, no que tange à saúde. Porque, falar em saúde, nós, infelizmente, assistimos de camarote a algo que até o presente momento não foi entregue, que seria, em setembro, grande parte do Heuro. Esse hospital que seria o João Paulo, lá o Heuro, a entrega do Heuro. E até agora nada, só a pedra fundamental, a pedra inaugural, o que falamos lá na hora. Isso eu quero me aprofundar melhor para entender como que essa parte dessas ONGs, não sei, desse contrato, dessa parceria que existe com a, acho que é a ONU, falamos ONU.

Mas, Deputado Ribamar, olha só o que a Procuradoria do Estado de Rondônia fez, e essa Casa, acredito, que não observou. O Dr. Maxwell fez um contrato de mais de R\$ 1 milhão – R\$ 1 milhão e oitocentos, R\$ 1 milhão e setecentos – para construir a sede da Procuradoria. Agora a Procuradoria do Estado de Rondônia vai comprometer R\$ 1 milhão e pouco do seu orçamento por 30 anos para construir uma sede. Dr. Maxwell, eu não estou aqui falando dos procuradores, do trabalho dos procuradores, mas existem outras prioridades que não é a sua, que não é a sua.

E já falei para a Casa Civil, se esse termo de acordo, contrato, estiver vigorando, estarei na próxima Sessão – se tiver quórum, acredito que vai ter quórum – apresentando um decreto para sustar esse contrato. Isso é competência também deste Poder Legislativo sustar esses atos, esses contratos. Porque o Tribunal de Contas que assim o faz. Mas, aqui tem essa competência também. Então, Dr. Maxwell, vou requisitar também essa informação desse contrato. Temos outras prioridades. Isso não pode ser deliberado por Vossa

Excelência. O senhor não tem essa autonomia, acredito, com todos os procuradores para fazer tal ação.

E já foi até desafetada ali a parte do CPA para a construção da sede, do monumento que será para os procuradores do Estado. Olha só que maravilha. Até parece, não é? Tem vários procuradores, que eu fiquei ciente, em *home office*. Agora será o palácio do Dr. Maxwell. É o Palácio do Maxwell, do procurador. Um absurdo, gente! É cada coisa. É cada gasto desnecessário... e a gente está aqui, nesses poucos dias só observando.

Estou começando a acompanhar algumas demandas, algumas reclamações, algumas denúncias que estão chegando para nós. No mais, desejar a todos uma boa tarde e vamos continuar, como eu digo sempre: agindo dentro do legal, dentro das nossas prerrogativas que nos competem como parlamentar. Obrigado.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) - Agradecer ao Deputado Jesuíno Boabaid e agradecer também a todos que estão na galeria, especialmente, a Catiane, ao amigo Alan que teve que se ausentara para ir ao médico, e o Éverton Novaes. Muito obrigado pela presença de vocês.

Encerradas as Breves Comunicações, passemos ao Grande Expediente. Não há ninguém inscrito no Grande Expediente. Solicito ao Senhor Secretário que faça a leitura das Proposições recebidas.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Registrar a presença do Deputado Anderson Pereira.

O SR. ANDERSON PEREIRA (Por videoconferência) - Positivo, Deputado.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Registrada a presença do Deputado Anderson Pereira, do SINGEPERON (Sindicato dos Policiais Penais e Agentes de Segurança Socioeducativos do Estado de Rondônia).

(Procede à leitura das proposições recebidas)

### **PROPOSIÇÕES RECEBIDAS**

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ADELINO FOLLADOR. Requer ao Governado do Estado, com cópia à Casa Civil, cópia SEDAM, a extinção da cobrança de UPF/RO - Certidão de Inexistência ou existência, nos últimos cinco anos de infração ambiental praticada pelo requerente," que está contida no anexo 48, da Lei 3.941 de 12 de dezembro de 2016.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO ISMAEL CRISPIN. Requer à Mesa Diretora, nos termos regimentais (Art. 172, *caput* do RIALE/RO) que seja oficiado ao Excelentíssimo Governador do Estado de Rondônia, Coronel Marcos Rocha dos Santos, com cópia à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Rondônia - SESDEC, em caráter de urgência, a mudança da data de aplicação das provas objetivas para os cargos de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia do concurso público da PC/RO, prevista atualmente para 09/10/2022, para não coincidir com outro certame.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil, Secretaria de Estado de Finanças (SEFIN) e ao Departamento Estadual de Trânsito de

Rondônia (DETRAN/RO), Estado de Rondônia, informações referentes ao andamento dos processos de isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para motoristas de aplicativos das plataformas 99 e Uber.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JAIR MONTES. Requer ao Poder Executivo, extenso à Casa Civil e à Superintendência Estadual de Patrimônio e Regularização Fundiária (SEPAT), no Estado de Rondônia, informações referentes aos bairros que pertencem ao Governo de Rondônia que necessitam efetuar a Regularização Fundiária.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO LEBRÃO. Requer à Secretaria de Estado da Educação - SEDUC, informações sobre o Transporte Escolar Fluvial no Baixo Madeira, no município de Porto Velho-RO.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO DELINO FOLLADOR. Declara de Utilidade Pública a Associação de Apoio as Instituições do Vale do Jamari - APIVALE.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO EYDER BRASIL. Dispõe sobre a consignação nos registros do Policial Militar e do Bombeiro Militar que passam para a inatividade, o posto ou graduação correspondente aos proventos que recebem.

- REQUERIMENTO DO DEPUTADO JESUINO BOABAID. Institui a Lei de Incentivo, Proteção e Respeito aos ciclistas, no âmbito do Estado de Rondônia.

- PROJETO DE LEI DO DEPUTADO JESUINO BOABAID. Institui o Dia do Comerciante Amigo da Segurança Pública no Estado de Rondônia.

- PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO DO DEPUTADO ALEX REDANO. Altera a redação do § 4º do Art. 42 da Constituição do Estado de Rondônia.

Lidas as matérias, Senhor Presidente.

Só uma Questão de Ordem, Deputado Jesuino.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) - Pois não, Deputado Jesuino.

O SR. JESUINO BOABAID (Secretário ad hoc) - Esse pedido do Deputado Adelino Follador, realmente, ... não só o Deputado Jair. Eu estive no Detran e observei, Deputado Ribamar, que hoje a expedição da CRV (Certificado de Registro de Veículo) não é mais em papel-moeda, e as taxas continuam de forma absurdas. São taxas e taxas que o proprietário de veículos tem que pagar. Houve essa redução na expedição, no caso desse papel-moeda, mas eles não reduzem o valor para, no caso, o motorista, aqueles que têm de pagar o IPVA.

É algo que a gente tem que buscar depois, no primeiro momento quando tiver a possibilidade de discussão com o Detran, na lei orçamentária. A gente vai ter que convocar o Detran aqui para discutir isso. É inaceitável que os motoristas têm que pagar taxas absurdas. E o Detran é a "galinha dos ovos de ouro" do governo. É um órgão que arrecada de forma, assim, assustadora. Era só isso, Presidente.

O SR. RIBAMAR ARAÚJO (Presidente) - Constatando que somente há a presença de nove deputados e não havendo quórum

legal para deliberações, está encerrada a Ordem do Dia. Passemos às Comunicações de Lideranças. Não tendo oradores inscritos, passemos às Comunicações Parlamentares. Não tendo oradores inscritos e, nada mais havendo a tratar, invocando a proteção de Deus e antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Ordinária para o dia 13 de setembro, no horário regimental.

Está encerrada esta Sessão. Muito obrigado.

**(Encerra-se esta Sessão às 16 horas e 05 minutos)**

***(Sem revisão dos oradores)***